

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS- UFGD**  
**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA**  
**CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**MARIANA GOMES DE MARCIO**

**LEVANTAMENTO BIBLIOMÉTICO SOBRE PESQUISAS NA ÁREA  
PÚBLICA NOS PROGRAMAS DE MESTRADO E DOUTORADO EM  
CONTABILIDADE NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DA REGIÃO SUL DO  
BRASIL**

**DOURADOS/MS**

**2017**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS- UFGD**  
**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA**  
**CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

MARIANA GOMES DE MARCIO

**LEVANTAMENTO BIBLIOMÉTICO SOBRE PESQUISAS NA ÁREA  
PÚBLICA NOS PROGRAMAS DE MESTRADO E DOUTORADO EM  
CONTABILIDADE NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DA REGIÃO SUL DO  
BRASIL**

Trabalho de Graduação apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para aprovação da disciplina de Trabalho de Graduação II.

Orientador: Me Cristiane Mallmann Huppes

Banca Examinadora:  
Professora Dra Maria Aparecida Farias de Souza Nogueira  
Professor Me Rafael Martins Noriller

Dourados/MS

2017

LEVANTAMENTO BIBLIOMÉTICO SOBRE PESQUISAS NA ÁREA PÚBLICA  
NOS PROGRAMAS DE MESTRADO E DOUTORADO EM CONTABILIDADE  
NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DA REGIÃO SUL DO BRASIL

MARIANA GOMES DE MARCIO

Esta monografia foi julgada adequada para aprovação na atividade acadêmica específica de Trabalho de Graduação II, que faz parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Apresentado à Banca Examinadora integrada pelos professores:

Presidente

Professora: Me. Cristiane Mallmann Huppés

Avaliador

Professor: Dr. Maria Aparecida Farias de Souza Nogueira

Avaliador

Professor: Me. Rafael Martins Noriller

**Dedico aos meus pais que tanto sonharam com essa conquista e a Prof.<sup>a</sup> Cristiane por me ajudar a torná-la realidade.**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus por ter me dado forças para conseguir chegar até aqui.

Um agradecimento mais que especial para minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Me. Cristiane Mallman Hupples, pela paciência, pela ajuda, pelas contribuições pontuais e relevantes durante o curso, pela transmissão de conhecimentos, pelas cobranças, por não ter desistido de mim e por doar seu precioso tempo para que este trabalho fosse concluído.

Aos meus pais Ariovaldo e Clarice por todo apoio, pela dedicação, pelo amor e carinho, pela confiança, por ter me ensinado a ser essa pessoa que sou hoje.

Aos meus irmãos Luisa e Thiago sempre junto comigo. Aos meus familiares de Dourados/MS e Itaporã/MS que muito me ajudaram e continuam me ajudando.

Ao meu amigo Robson Farias pela amizade sincera, pelas dicas, pelas cobranças e por me incentivar a terminar este trabalho.

À minha amiga Maria Aparecida de Souza Cintra por compartilhar comigo sua experiência de mais de 30 anos na área da Administração Pública e me ensinar a cultivar valores como a ética e a honestidade e me espelhar em ser uma profissional do seu nível.

Aos professores membros da banca, pelas contribuições fundamentais realizadas para enriquecer o conteúdo do trabalho.

A todos aqueles que direta ou indiretamente, contribuíram para este trabalho, registro aqui minha gratidão e carinho.

## RESUMO

Este trabalho realizou um levantamento bibliométrico sobre o tema que envolve a área pública nos cursos de pós graduação *stricto sensu* em Contabilidade nas instituições públicas federais da região Sul do Brasil. Foram identificadas nas dissertações e teses as temáticas que estão sendo estudadas e destacados os estudos por meio de pesquisa descritiva, levantamento bibliométrico e pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa do problema. Primeiramente foi realizado um mapeamento dos programas de mestrado e doutorado em Contabilidade no Brasil, reconhecidos pela CAPES. De forma intencional, foi escolhida a Região Sul para o levantamento das teses e dissertações a por meio da consulta eletrônica à Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (IBTD) de cada universidade federal da Região Sul do Brasil. Do processo de levantamento, retornaram 267 dissertações, sendo, 139 dissertações da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e 128 dissertações da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Utilizou-se como palavra-chave o termo “pública”, que retornou um total de 191 dissertações não necessariamente focadas no tema da pesquisa. Nesse sentido, foi realizado um processo de refinamento através da leitura do título, resumo e palavras-chaves das dissertações para identificar as palavras “contabilidade pública”, “gestão pública”, “responsabilidade fiscal” e “administração pública” e chegou-se a amostra de 23 dissertações. A pergunta que norteia esta pesquisa é: como o tema que envolve a área pública tem sido abordado nos cursos de pós graduação *stricto sensu* de Contabilidade nas universidades públicas federais da região Sul do Brasil? Os resultados obtidos apontam que os temas abordados são: Transparência Orçamentária e Controle Interno; Gestão Fiscal; Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público; Orçamento Público; Custos e Contabilidade Gerencial no setor Público; Finanças Públicas; e Outros. Ainda procedeu-se a análise das metodologias nas dissertações da amostra obtendo-se quanto aos objetivos a pesquisa descritiva, procedimento técnico a pesquisa bibliográfica e documental e abordagem do problema quali-quantitativa como as mais utilizadas.

**Palavras Chave:** Levantamento Bibliométrico; Contabilidade Pública; Gestão Pública.

## ABSTRACT

This paper aims to make a bibliometric survey on the subject that involves the public area in the graduate courses *stricto sensu* in Accounting in the federal public institutions of the South region of Brazil. It was sought to identify in the dissertations and theses the themes that are being studied and highlight the studies that deal with the theme Public Transparency. This is a descriptive research, regarding the procedure was used bibliometric survey and bibliographic research, with qualitative approach. A mapping of master's and doctoral programs in Accounting in Brazil was carried out, recognized by CAPES. In an intentional way, the South Region was chosen to survey the theses and dissertations to be analyzed. For the selection of the dissertations used in the study, the Electronic Library of Theses and Dissertations (IBTD) of each federal university of the Southern Region of Brazil was surveyed through electronic consultation. The survey process returned 267 dissertations, being 139 dissertations from the Federal University of Paraná (UFPR) and 128 dissertations from the Federal University of Santa Catarina (UFSC). The term "public" was used as a key word, which returned a total of 191 dissertations not necessarily focused on the research theme. In this sense, a refinement process was carried out by reading the title, abstract and dissertation keywords to identify the words "public accounting", "public management", "fiscal responsibility" and "public administration". Sample of 23 dissertations. The question that guides this research is: how the subject that surrounds the public area has been approached in the graduate courses *stricto sensu* of Accounting in the federal public universities of the South region of Brazil? The results obtained indicate that the topics covered are: Budget Transparency and Internal Control; Fiscal Management; Brazilian Accounting Standards Applied to the Public Sector; Public budget; Costs and Management Accounting in the Public Sector; Public finances; and others. The methodologies were also analyzed in the dissertations of the sample obtaining as far as the objectives the descriptive research, technical procedure the bibliographical and documentary research and approach of the quali-quantitative problem as the most used.

**Keywords:** Bibliometric Survey; Public Accounting; Public administration.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Modalidades de programas .....	17
Quadro 2: Tipos de indicadores bibliométricos .....	18
Quadro 3: Programas de Mestrado e Doutorado em Contabilidade no Brasil. ....	22
Quadro 4: Distribuição dos cursos de mestrado e doutorado por regiões. ....	24
Quadro 5: Assuntos discutidos nas Teses e Dissertações.....	26
Quadro 6: Síntese dos achados sobre Transparência Orçamentária e Controle Interno.....	30
Quadro 7: Síntese dos achados sobre Gestão Fiscal.....	33
Quadro 8: Síntese dos achados sobre Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	33
Quadro 9: Síntese dos achados sobre Orçamento Público .....	34
Quadro 10: Síntese dos achados sobre Custos e Contabilidade no Setor Público.....	36
Quadro 11: Síntese dos achados sobre Finanças Públicas .....	38
Quadro 12: Síntese dos achados sobre outros assuntos.....	39
Quadro 13: Classificação das pesquisas quanto aos objetivos .....	39
Quadro 14: Classificação das pesquisas quanto aos procedimentos .....	41
Quadro 15: Classificação das pesquisas quanto a abordagem do problema.....	42

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Teses e Dissertações na área pública e total de dissertações dos programas defendidas por ano.....	25
--	----

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
1.1 DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA .....	11
1.2 OBJETIVOS .....	11
1.2.1 <i>Objetivo Geral</i> .....	12
1.2.2 <i>Objetivos Específicos</i> .....	12
1.3 JUSTIFICATIVA .....	13
<b>2 REVISÃO TEÓRICA .....</b>	<b>14</b>
2.1 TRANSPARÊNCIA PÚBLICA .....	14
2.2 PÓS GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM CONTABILIDADE NO BRASIL .....	16
2.3 ESTUDO BIBLIOMÉTRICO .....	18
<b>3. METODOLOGIA .....</b>	<b>20</b>
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA .....	20
3.1.1 <i>A pesquisa quanto aos objetivos</i> .....	20
3.1.2 <i>A pesquisa quanto aos procedimentos</i> .....	20
3.1.3 <i>A pesquisa quanto à abordagem do problema</i> .....	21
3.2 OBJETO DE PESQUISA .....	21
<b>4. RESULTADOS .....</b>	<b>25</b>
4.1 INFORMAÇÕES GERAIS DA AMOSTRA .....	25
4.2 ESTRATIFICAÇÃO DA AMOSTRA .....	26
4.2.1 <i>Transparência Orçamentária e Controle Interno</i> .....	28
4.2.2 <i>Gestão Fiscal</i> .....	31
4.2.3 <i>Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público</i> .....	33
4.2.4 <i>Orçamento Público</i> .....	33
4.2.5 <i>Custos e Contabilidade Gerencial no Setor Público</i> .....	34
4.2.6 <i>Finanças Públicas</i> .....	36
4.2.7 <i>Outros</i> .....	38
4.3 METODOLOGIAS UTILIZADAS .....	39
<b>5. CONCLUSÃO .....</b>	<b>43</b>
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>45</b>

## 1 INTRODUÇÃO

No ano de 1998, com o intuito de facilitar a divulgação dos dados da Administração Pública, a Lei nº 9.755 criada pelo Tribunal de Contas da União, estabelece a criação da *homepage* na rede de computadores *Internet*, com o título "contas públicas". De acordo com o artigo 5º da Constituição Federal, no inciso XXXIII estabelece que todos os cidadãos

têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

A transparência nas informações divulgadas pelos gestores ao público através de tecnologias de informação, em *sites* como o Finanças do Brasil (FINBRA) e Tesouro Nacional, possibilitam acesso às informações que, segundo Silva (2009, p. 341)

Considera-se que a disponibilização de informações transparentes, tempestivas e relevantes acerca da gestão pública e da alocação dos recursos públicos por parte dos governantes constitui um ato de responsabilidade na prestação de contas, o que a literatura denomina de *accountability*.

As informações devem ser divulgadas pela Administração Pública de forma clara e de fácil compreensão conforme preza o princípio da publicidade e que confere ao cidadão uma conduta como um gestor fiscal em que molda o conceito de transparência. Marion (2009) define a Contabilidade como um instrumento que auxilia a administração nas tomadas de decisão, pois coleta, mensura e registra os dados econômicos que impactam os patrimônios de entidades públicas e privadas.

Nesta perspectiva, pressupõe-se que desde a divulgação das informações dos entes públicos, pesquisas estejam sendo realizadas, tendo como base os dados liberados pelos *sites* oficiais, e sendo discutidas em programas de especializações que visam estudos acadêmicos.

### 1.1 DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA

A pergunta que norteia esta pesquisa é: como o tema que envolve a área pública tem sido abordado nos cursos de pós graduação *stricto sensu* de Contabilidade nas universidades públicas federais da região Sul do Brasil?

### 1.2 OBJETIVOS

Quando se trata de trabalho científico, após definir a problemática da pesquisa, o próximo passo é traçar quais são os objetivos que se espera alcançar para o final da

pesquisa e quais procedimentos serão adotados. “A especificação do objetivo de uma pesquisa responde às questões para que? E para quem?” (LAKATOS e MARCONI, 1992, p. 102). Os objetivos de uma pesquisa são constituídos de finalidade, pois, através deles o pesquisador planeja o caminho a ser seguido. Definido de forma clara, torna-se ferramenta de grande valia na tomada de decisão quanto à metodologia a ser utilizada, e, em consequência disto, poder chegar ao resultado obtido.

O objetivo geral caracteriza-se como a ideia central da pesquisa. Para Lakatos e Marconi, (1992, p. 102) “está ligado a uma visão global e abrangente do tema. Relaciona-se com o conteúdo intrínseco, quer dos fenômenos e eventos, quer das ideias estudadas”. Oliveira (2001, p. 36) complementa que “o objetivo geral precisa dar conta da totalidade do problema da pesquisa, devendo ser elaborado com um verbo de precisão, evitando ao máximo uma possível distorção na interpretação do que se pretende pesquisar”.

Quanto aos objetivos específicos, estes delimitam metas, conforme explica Lakatos e Marconi (1992, p. 102) “apresentam caráter mais concreto. Tem função intermediária e instrumental, permitindo, de um lado, atingir o objetivo geral e, de outro aplicar este à situações particulares”. Oliveira (2011, p. 37) complementa afirmando que “fazem o detalhamento do objetivo geral e devem ser iniciados com o verbo no infinitivo”.

### 1.2.1 Objetivo Geral

Fazer um levantamento bibliométrico sobre o tema que envolve a área pública nos cursos de pós graduação *stricto sensu* em Contabilidade nas instituições públicas federais da região Sul do Brasil, no período de 2007 a 2016.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos, são:

- Identificar as instituições de ensino que possuem programas de pós graduação *stricto sensu* na área de Contabilidade no Sul do Brasil;
- Identificar nas dissertações e teses as temáticas que estão sendo estudadas; e
- Destacar os estudos que tratam da temática Transparência Pública.

### **1.3 JUSTIFICATIVA**

A presente pesquisa justifica-se pelo fato de que, a Transparência Pública, é um tema atual que ganhou destaque nos últimos anos, devido a alguns fatos ocorridos no país, onde, entidades públicas, empresas de grande porte e políticos estão envolvidos em escândalos de corrupção, desvio de dinheiro público e a não prestação de contas de recursos, como exemplo, segundo Hermes (2017) os casos ‘Juiz Lalau e o TRT-SP (1992-1998)’, ‘Zelotes (2015)’, ‘Fundos de Pensão (2015)’ e a ‘Operação Lava Jato (atualmente)’.

Diante destes fatos ampliou a fiscalização através de Tribunais de Contas dos Estados e a criação da Controladoria Geral da União (CGU) e medidas para que as informações fossem transparentes e o controle social como complemento dessas ações. Conforme a CGU (2010) descreve controle social “como a participação do cidadão na gestão pública, é um mecanismo de prevenção da corrupção e de fortalecimento da cidadania”. Desse modo, na área de Contabilidade, ressalta-se a importância deste estudo na forma de agregar conhecimentos específicos, construídos, sobretudo no ambiente acadêmico, podendo contribuir com o aprimoramento das informações divulgadas sobre a área pública favorecendo o desenvolvimento de novas pesquisas.

## 2 REVISÃO TEÓRICA

A revisão teórica ou referencial teórico trata-se do levantamento da literatura e das referências bibliográficas apresentando os principais tópicos de que serão utilizados para o embasamento sobre a pesquisa. Gil (2002, p. 162), traz o conceito da revisão teórica da seguinte forma

Esta é a parte dedicada a contextualização teórica do problema e a seu relacionamento com o que tem sido investigado a seu respeito. Deve esclarecer, portanto, os pressupostos teóricos que dão fundamentação à pesquisa e as contribuições proporcionadas por investigadores anteriores. Essa revisão não pode ser constituída apenas por referências ou sínteses dos estudos feitos, mas por discussão crítica do “estado atual da questão”. Quando esta parte se mostrar muito extensa, pode ser apresentada como um capítulo independente, logo após a introdução.

Trata-se de tópicos explicativos que vem dar suporte ao trabalho e é essencial para demonstrar que o autor já tem o mínimo de familiaridade com as questões e conceitos importantes que apontem em torno da temática escolhida. Neste sentido, os tópicos que fazem parte desta pesquisa são: a transparência pública; a pós graduação *stricto sensu* em contabilidade no Brasil e o estudo bibliométrico.

### 2.1 TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

A atual Administração Pública tem como um dos propósitos cruciais, o incentivo à transparência pública. O aumento da divulgação dos atos praticados pelo governo aos cidadãos colabora para o desenvolvimento da democracia e o incremento da cidadania. Tristão (2002, p. 1) escreve que “Considera-se transparência a democratização do acesso às informações, em contraposição ao sigilo das mesmas”.

Na Administração Pública, com intuito de ter-se uma boa gestão, no artigo 37 da Constituição Federal de 1988, encontram-se cinco princípios, dos quais, deve-se obedecer que são: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Os atos praticados pela Administração Pública devem ser acessíveis para que haja o controle social, portanto, quando se trata do princípio da publicidade é proibido que a informação seja sigilosa, com ressalva de alguns casos previstos em Lei.

Tendo a publicidade como um princípio para a divulgação de informações de atos públicos, alguns autores na literatura da área, tratam a Transparência como um princípio implícito na lei. Segundo Martins Júnior (2010, p. 42), o princípio da publicidade vincula o princípio da transparência resultante de coerência:

A transparência então, se instrumentaliza pelo subprincípio da participação popular de indivíduos ou grupos de interesse, estranhos aos quadros dos

servidores públicos, chamados ou estimulados a tomar parte no processo de decisões e na gestão do interesse público.

No ano de 1998, com o intuito de facilitar a divulgação dos dados da Administração Pública, foi criada a Lei nº 9.755 pelo Tribunal de Contas da União e a *home page* na rede mundial de computadores *Internet*, com o título "contas públicas". No entanto, o conceito de Transparência Pública, teve maior ênfase quando a Lei Complementar nº 101/2000 denominada como a Lei de Responsabilidade Fiscal dispôs em seu capítulo IX o tema 'Transparência, Controle e Fiscalização' que enfatiza o seguinte:

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

No ano de 2009, a Lei de Responsabilidade Fiscal foi editada pela Lei Complementar Federal nº 131/2009, onde a publicidade das demonstrações contábeis do setor público tornou-se obrigatória gerando grande magnitude ao conceito de transparência.

A referida lei, estabelece que deve ser incentivada a participação popular em audiências públicas, as informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária devem ser disponibilizadas em tempo real em meio eletrônico e a adoção de sistema integrado de administração financeira e controle com padrão mínimo de qualidade, de acordo com o Parágrafo Único do Art. 48.

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

- I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;
- II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público; [sem grifo no original]
- III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

A Lei Complementar nº 131/2009 também estipulou prazos para a disponibilização das informações referente à despesa, todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa e também à receita quanto ao lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, conforme altera o artigo 73-B da seguinte forma:

Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A:

I – 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes;

II – 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes;

III – 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

A legislação mais recente sobre a Transparência Pública foi a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como a Lei de acesso à informação, onde em seu artigo 5º, estabelece que o Estado deve garantir ao cidadão acesso à informação de forma objetiva e ágil, de modo transparente, claro e em linguagem de fácil compreensão. E estabelece também no §2º do artigo 8º que os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (*internet*).

## **2.2 PÓS GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM CONTABILIDADE NO BRASIL**

No Brasil, para quem quer dar continuidade aos estudos após a graduação e se especializar em determinada área ou seguir profissão acadêmica existem os programas de pós-graduação, dos quais, são divididos em *stricto sensu* e *lato sensu*.

Os cursos de pós-graduação *lato sensu* ofertados são apresentados como forma de extensão ou até mesmo de aperfeiçoamento e especialização em área específica da formação profissional obtida no curso de graduação. Conforme informação obtida no *site* do Portal do Ministério da Educação (MEC):

As pós-graduações *lato sensu* compreendem programas de especialização e incluem os cursos designados como MBA (*Master Business Administration*). Com duração mínima de 360 horas, ao final do curso o aluno obterá certificado e não diploma. Ademais são abertos a candidatos diplomados em cursos superiores e que atendam às exigências das instituições de ensino – Art. 44, III, Lei nº 9.394/1996.

Em compensação, os cursos de pós-graduação *stricto sensu* são apresentados sob as formas de mestrado e doutorado, que tem por objetivo de proporcionar uma formação mais extensa na área e formar professores para lecionar em universidades e desenvolver atividades de pesquisa. Conforme informação obtida no *site* do MEC:

As pós-graduações *stricto sensu* compreendem programas de mestrado e doutorado abertos a candidatos diplomados em cursos superiores de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino e ao edital

de seleção dos alunos (Art. 44, III, Lei nº 9.394/1996). Ao final do curso o aluno obterá diploma.

Os programas e cursos designados como *stricto sensu* são avaliados pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), através do Sistema Nacional de Pós-Graduação. Esses programas contam com 3 modalidades, descritos no Quadro 1:

<b>Modalidade</b>	<b>Definição</b>
Mestrado acadêmico	modalidade de pós graduação que tem, por objetivo, aprofundar os conhecimentos na área estudada na graduação, inserir o aluno na pesquisa e formar docentes para atuarem em universidades e continuar se aprofundando nas pesquisas até o doutorado. Normalmente exigem proficiência em língua inglesa e para a obtenção de grau de mestre é necessária a elaboração de dissertação.
Mestrado profissional	modalidade da pós graduação <i>stricto sensu</i> , na qual, é voltado para formar profissionais capacitados através de atividades de pesquisa fazendo com que opere como um propagador transferindo seus conhecimentos para os demais profissionais na sua área de atuação.
Doutorado	modalidade mais aprofundada na área da pesquisa científica, onde o ingressante realiza o curso após obter o título de mestre e dedica-se aos estudos no qual produz um conhecimento novo à área estudada e defende uma tese.

**Quadro 1: Modalidades de programas**

Fonte: Adaptado de Capes (a) (b) (c) (2017).

A Portaria Normativa da Capes nº 17, de 28 de dezembro de 2009, em seu artigo 3º, define mestrado profissional da seguinte forma:

Art. 3º O mestrado profissional é definido como modalidade de formação pós-graduada *stricto sensu* que possibilita:

I - a capacitação de pessoal para a prática profissional avançada e transformadora de procedimentos e processos aplicados, por meio da incorporação do método científico, habilitando o profissional para atuar em atividades técnico-científicas e de inovação;

II - a formação de profissionais qualificados pela apropriação e aplicação do conhecimento embasado no rigor metodológico e nos fundamentos científicos;

III - a incorporação e atualização permanentes dos avanços da ciência e das tecnologias, bem como a capacitação para aplicar os mesmos, tendo como foco a gestão, a produção técnico-científica na pesquisa aplicada e a proposição de inovações e aperfeiçoamentos tecnológicos para a solução de problemas específicos.

Na área de Contabilidade, os programas de pós graduação *stricto sensu* contam com cursos de mestrado e doutorado, com oferta de formação em universidades públicas e também em instituições particulares de ensino superior, com linhas de pesquisa em Auditoria, Contabilidade e Finanças, Contabilidade Gerencial, Controladoria, Mensuração Contábil dentre outros.

## 2.3 ESTUDO BIBLIOMÉTRICO

Kobashi e Santos (2008) conceituam bibliometria como uma metodologia de levantamento e verificação de dados dos trabalhos científicos, que apresentem as mesmas particularidades. A bibliometria permite descobrir a quantidade de trabalhos, estudos e publicações por autores ou instituições por determinado período. Também, afirmam que os estudos bibliométricos pretendem conhecer sobre determinado assunto, como, quais autores trabalharam, quais autores são referência e quais as publicações de estudos para que após o agrupamento das informações possa-se comparar e confrontar os dados.

A produção técnica e científica pode ser mensurada por meio de análise e verificação de indicadores bibliométricos. Para Lopes et. al. (2012) os indicadores bibliométricos são mecanismos de avaliação que são divididos conforme Quadro 2:

<b>Indicadores bibliométricos</b>	<b>Definição</b>
Indicador de qualidade científica	baseiam-se na percepção ou opinião dos pares que avaliam as publicações pelos seus conteúdos.
Indicador de atividade científica	permitem contabilizar a atividade científica desenvolvida, nomeadamente o número e distribuição dos trabalhos publicados, a produtividade dos autores, a colaboração na autoria dos trabalhos, o número e distribuição das referências entre trabalhos e autores, entre outros.
Indicador de impacto científico	dividem-se em dois tipos: - <u>indicadores de impacto dos trabalhos</u> : onde é feita análise pelo número de citações recebidas. - <u>indicadores de impacto das fontes</u> : analisa o fator de impacto das revistas, o índice de citação imediata e a influência das revistas.
Indicador de associações temáticas	tem como base análise de citações e a análise de referências.

**Quadro 2: Tipos de indicadores bibliométricos**

Fonte: Adaptado de Lopes et. al. (2012, p. 2).

Segundo Kobashi e Santos (2008, p. 110), os indicadores bibliométricos

vêm ganhando importância crescente como instrumentos para análise da atividade científica e das suas relações com o desenvolvimento econômico e social. Sua construção tem sido incentivada pelos órgãos de fomento à pesquisa como meio para se obter uma visão acurada da produção de ciência, de modo a subsidiar a política científica e avaliar seus resultados.

Araújo (2006) assevera que a bibliometria desenvolve-se tendo como norte as três leis importantes: Lei de Lotka, Lei de Bradford e a Lei de Zipf. A lei de Lotka segundo Araújo (2006), foi formulada em 1926, que parte do estudo da produtividade de cientistas, em que descobriu-se que poucos cientistas publicam em grande quantidade, mas muitos cientistas publicam em pouca quantidade.

A Lei de Bradford, Araújo (2006) expõe como a disposição de periódicos em ordem decrescente de produtividade de artigos de determinado tema. Pode-se identificar um núcleo menor de periódicos a cerca do tema e um grupo maior de periódicos com a mesma quantidade de artigos que o núcleo e o que os diferem é que o núcleo é mais produtivo que o grupo.

Segundo Araújo (2006) apresenta a lei de Zipf formulada em 1949 e que descreve a frequência de palavras em textos extremamente grandes e a contagem de palavras em largas amostragens. Então, partindo disto, formulou o princípio do menor esforço em que a tendência é usar o mínimo de palavras e que elas não vão se dispersar; pelo contrário, uma palavra será utilizada várias vezes e as mais utilizadas indicam o assunto do texto.

O estudo bibliométrico vem sendo muito utilizado para compor as pesquisas na área de Contabilidade, favorecendo ao pesquisador identificar em artigos, monografias, dissertações, teses e demais publicações científicas em determinadas instituições o que vem sendo publicado em determinados períodos sobre um tema específico.

### **3. METODOLOGIA**

Segundo Lakatos e Marconi (1992, p. 105) “A especificação da metodologia da pesquisa é a que abrange maior número de itens, pois responde, a um só tempo, às questões: Como? Com quê? Onde? Quanto?”. Na elaboração do projeto de pesquisa, a metodologia é apresentação de todos os procedimentos necessários para o desenvolvimento do trabalho, entre os quais, destacam-se: o método, ou seja, tipos de pesquisa, instrumentos de pesquisa, técnicas de coleta de dados e as formas de análise de resultados.

#### **3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA**

O delineamento da pesquisa consiste em descrever de forma resumida o que será estudado, como será selecionada a amostragem, quais as variáveis envolvidas e o tipo de instrumento de medição e de avaliação a ser utilizado. Com base nas prerrogativas definidas por Raupp e Beuren (2003, p. 81), a seguir são definidos os delineamentos quanto aos objetivos, procedimentos e abordagem do problema.

##### **3.1.1 A pesquisa quanto aos objetivos**

A tipologia de pesquisa caracteriza-se em relação aos objetivos estabelecidos, como descritiva. Para Gil (2002, p. 42), “As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Para Raupp e Beuren (2003, p. 81), “descrever significa identificar, relatar, comparar, entre outros aspectos”.

Tendo como referência os dados da plataforma da CAPES, será feito um levantamento dos programas de mestrado e doutorado em contabilidade no Brasil, com um recorte intencional das instituições públicas federais da Região Sul, devidamente reconhecidos pelo órgão e delimitando-se às dissertações e teses sobre a área pública.

##### **3.1.2 A pesquisa quanto aos procedimentos**

Em relação à tipologia de abordagem metodológica quanto aos procedimentos pretende-se fazer um levantamento bibliométrico do que vem sendo publicado pelos programas de pós graduação *stricto sensu* em Contabilidade na Região Sul do Brasil. Araújo (2006) explica que “a bibliometria consiste na aplicação de técnicas estatísticas e matemáticas para descrever aspectos da literatura e de outros meios de comunicação, ou seja, a análise quantitativa da informação”.

Neste estudo também será utilizada a pesquisa bibliográfica para aprofundar os estudos sobre o tema e adquirir base conceitual para elaborar a revisão teórica. Para Gil (2002, p.44), refere que a pesquisa bibliográfica é “[...] desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Raupp e Beuren (2003, p. 87) complementam que, “o material consultado na pesquisa bibliográfica abrange todo referencial já tornado público em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, dissertações, teses, entre outros”.

### 3.1.3 A pesquisa quanto à abordagem do problema

Quanto à abordagem do problema, essa pesquisa enquadra-se como qualitativa no que tange a descrição das características dos estudos desenvolvidos na área pública nas instituições públicas federais da região sul do Brasil, embasado em Raupp e Beuren (2003, p.92) que apontam que “a abordagem qualitativa visa destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo haja vista a superficialidade deste último”.

## 3.2 OBJETO DE PESQUISA

Primeiramente, foi realizado um mapeamento dos programas de mestrado e doutorado em Contabilidade no Brasil, reconhecidos pela CAPES, apresentados no Quadro 03.

Instituição	Nome do Programa	Modalidade		
		MA	MP	D
FUNDAÇÃO INSTITUTO CAPIXABA DE PESQ. EM CONT. ECON. E FINANÇAS	Adm e Ciênc Cont	x	-	X
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	Ciênc Cont	x	-	-
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	Ciênc Cont	x	-	-
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	Ciênc Cont	x	-	X
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	Ciênc Cont	-	-	-
CENTRO UNIVERSITÁRIO FECAP	Ciênc Cont	x	-	-
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	Ciênc Cont	-	-	-
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/JOÃO PESSOA	Ciênc Cont	x	-	X
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/RJ	Ciênc Cont	-	-	-
FUNDAÇÃO INSTITUTO CAPIXABA DE PESQ. EM CONT. ECON. E FINANÇAS	Ciênc Cont	-	x	-
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	Ciênc Cont	x	-	X
FUNDAÇÃO VISCONDE DE CAIRU	Ciênc Cont	-	-	-
FUCAPE PESQUISA ENSINO E PARTICIPAÇÕES LIMITADA	Ciênc Cont	-	x	-
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	Ciênc Cont	x	-	-

UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU	Ciênc Cont	x	-	X
UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE	Ciênc Cont	-	x	-
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	Ciênc Cont	x	-	X
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	Ciênc Cont	x	-	-
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	Ciênc Cont	x	-	-
UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ	Ciênc Cont e Adm	x	-	-
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	Ciênc Cont e Atuárias	x	-	-
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	Contabilidade	x	-	-
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	Contabilidade	x	-	X
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	Contabilidade	x	-	-
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	Contabilidade	x	-	X
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	Contabilidade	x	-	X
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/JOÃO PESSOA	Contabilidade	x	-	X
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB; UFPB; UFRN)	Contabilidade	x	-	X
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	Contab e Control	-	-	-
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	Controladoria	x	-	-
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	Controladoria	-	-	-
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	Control e Contab	x	-	X
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	Control e Contab	x	-	X
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO/ RIBEIRÃO PRETO	Control e Contab	x	-	X
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	Control e Contab	x	-	-
FACULDADE FIPECAFI	Contr e Finanç	-	x	-

**Quadro 3: Programas de Mestrado e Doutorado em Contabilidade no Brasil.**

Fonte: Elaborado pela autora, com dados da Capes (2017).

LEGENDA:

MA: Mestrado Acadêmico.

MP: Mestrado Profissional.

D: Doutorado.

No Quadro 3 estão relacionadas 36 instituições de ensino com programas de pós graduação na área básica de Ciências Contábeis, dos quais as instituições de ensino Fundação Visconde de Cairu, Fundação Getúlio Vargas/RJ, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Universidade de Brasília, Universidade Federal do Amazonas e Universidade Federal do Ceará tiveram seus programas de pós graduação desativados.

Em relação à Universidade de Brasília, no ano de 1999, o Programa Multinstitucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis foi criado por meio de um convênio de cooperação entre a Universidade de Brasília, e as Universidades Federais de Pernambuco (UFPE), da Paraíba (UFPB) e do Rio Grande do Norte (UFRN) sendo aprovado no ano seguinte pela CAPES.

No ano de 2005, a UFPE expandiu o seu corpo docente e houve um aumento dos alunos matriculados fazendo com que a instituição continuasse com o seu programa separado das demais instituições. Em 2007, o convênio foi reincidente e um novo convênio foi firmado com a participação apenas da UnB, UFPB e UFRN e o Curso de Doutorado foi incluído no programa.

Segundo Alvim (2017, p. 23), a descontinuidade do programa é devido

O aumento do número de mestres e doutores nas regiões centro-oeste e nordeste, possibilitou-se que cada universidade implementasse seu próprio programa de pós-graduação. Sendo assim, atualmente o Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis se encontra em processo de extinção. O mestrado teve suas atividades encerradas com as últimas dissertações defendidas no primeiro semestre de 2016. Já no doutorado, as atividades devem se estender até o ano de 2018, quando os últimos dezesseis doutorandos concluírem a sua etapa final, ou seja, a defesa de suas teses.

Os programas de pós-graduação mais recentes são da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul iniciado em 05 de janeiro de 2017 e Universidade Federal do Rio Grande em 09 de fevereiro de 2017.

A Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças possui dois programas de pós-graduação, onde, na unidade de Vitória/ES conta com o programa de Administração e Ciências Contábeis nas modalidades mestrado acadêmico e doutorado e na unidade do Rio de Janeiro conta com o programa de Ciências Contábeis na modalidade mestrado profissional.

Analisando a distribuição dos cursos de mestrado e doutorado no país no Quadro 4 verifica-se que a maior quantidade de cursos concentra-se na região Sudeste, seguido da região Nordeste, Sul e Centro-Oeste. A região Norte não possui nenhum curso de mestrado e doutorado.

REGIÕES	ESTADOS	QUANTIDADE	
		MESTRADO	DOCTORADO
Sul	PR	2	1
	SC	3	2
	RS	2	-
Norte	AC	-	-
	AM	-	-
	AP	-	-
	RO	-	-
	PA	-	-
	RR	-	-
	TO	-	-
Nordeste	BA	1	-
	CE	-	-
	RN	2	1
	PE	2	1
	SE	-	-
	AL	-	-
	MA	-	-
PI	-	-	
PB	2	2	
Sudeste	ES	3	1
	MG	2	2
	RJ	2	1

	SP	6	2
<b>Centro Oeste</b>	DF	1	1
	GO	1	-
	MS	1	-
	MT	-	-

**Quadro 4: Distribuição dos cursos de mestrado e doutorado por regiões.**

Fonte: Elaborado pela autora, com dados da Capes (2017).

De forma intencional, foi escolhida a Região Sul para o levantamento das teses e dissertações a serem analisadas. Escolheu-se esta região por ser economicamente desenvolvida e suas Universidades Federais tem se evidenciado nas pesquisas científicas na área de Contabilidade, sendo que, as pesquisas na área tem a USP como referencia devido à quantidade de publicação e o seu programa ser um dos mais antigos. Para a seleção das dissertações utilizadas no estudo fez-se um levantamento através consulta eletrônica a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (IBTD) de cada universidade federal da Região Sul do Brasil no período de 2007 a 2016. Primeiramente identificou-se a coletânea intitulada como “Programa de Pós-graduação em Contabilidade”, onde se concentra toda a produção científica referente ao programa. Esse processo de levantamento retornou 267 dissertações, sendo, 139 dissertações da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e 128 dissertações da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) iniciou seu programa em 2016 e ainda não possui produção científica.

Em seguida, utilizou-se como palavra-chave o termo “pública”, que retornou um total de 191 dissertações não necessariamente focadas no tema da pesquisa. Nesse sentido, foi realizado um processo de refinamento através da leitura do título, resumo e palavras-chaves das dissertações para identificar as palavras “contabilidade pública”, “gestão pública”, “responsabilidade fiscal” e “administração pública”. Após esta verificação das 191 dissertações, foram selecionadas 23 dissertações que são a amostra do presente estudo.

#### 4. RESULTADOS

Os resultados da pesquisa são apresentados em três seções. A primeira diz respeito as informações gerais da amostra. A segunda apresenta os questionamentos e achados das pesquisas, considerando assuntos que convergem, assim estratificados: Transparência Orçamentária e Controle Interno; Gestão Fiscal; Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público; Orçamento Público; Custos e Contabilidade Gerencial no setor Público; Finanças Públicas; e Outros. Na terceira e última seção é feita uma análise das metodologias utilizadas.

##### 4.1 INFORMAÇÕES GERAIS DA AMOSTRA

A tabela 1 contém a relação da totalidade das dissertações na área pública e o percentual em relação ao total de dissertações dos programas defendidas por ano.

**Tabela 1:** Teses e Dissertações na área pública e total de dissertações dos programas defendidas por ano

Ano	Total de trabalhos na área pública.	% trabalhos área pública x total por ano.	Total de trabalhos dos programas por ano.
2007	1	11%	9
2008	4	15%	26
2009	1	5%	20
2010	2	7%	30
2011	2	11%	18
2012	3	10%	29
2013	3	8%	40
2014	4	13%	30
2015	2	7%	29
2016	1	4%	27
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>8,91%</b>	<b>258</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Os programas de pós-graduação *stricto sensu* em Contabilidade na região Sul contam com um total de 267 trabalhos, sendo que, no período levantado de 2007 a 2016 encontram-se 258 trabalhos. Neste período, as 23 dissertações que compõem a amostra corresponde a 8,91% dos 258 trabalhos. Percebe-se que a maior concentração de dissertações defendidas na região sul segundo os critérios de coleta é nos anos de 2008 e

2014 com 4 dissertações defendidas cada. Fazendo-se uma média aritmética chega-se num total de 2,3 trabalhos por ano.

O Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da UFSC conta com o sistema do repositório; nele estão reunidas as dissertações e teses defendidas e aprovadas no curso, essa foi uma das fontes de coleta de dados para esta pesquisa, onde no total foram identificados 128 trabalhos dentro do programa. Para fazer um refinamento da busca utilizou-se como palavra-chave o termo “pública” que retornou um total de 70 trabalhos. Em seguida, através da leitura do título, resumo e palavras-chaves dos trabalhos para identificar as palavras “contabilidade pública”, “gestão pública”, “responsabilidade fiscal” e “administração pública” chegou ao total de 14 dissertações compreendidas entre os anos de 2008 a 2016 que compõem a amostra. Este programa ainda não possui teses de doutorado defendidas e publicadas.

O Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da UFPR conta com a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), nela estão reunidas as dissertações e teses defendidas e aprovadas no curso. Em abril de 2014 iniciou a primeira turma de Doutorado na instituição, portanto, ainda não possui teses defendidas e publicadas. No programa foram identificadas um total de 139 dissertações. Em seguida, utilizou-se como palavra-chave o termo “pública” que retornou um total de 121 dissertações. Para fazer um refinamento através da leitura do título, resumo e palavras-chaves dos trabalhos para identificar as palavras “contabilidade pública”, “gestão pública”, “responsabilidade fiscal” e “administração pública” chegou ao total de 9 dissertações compreendidas entre os anos 2007 a 2015 que compõe o restante da amostra.

#### 4.2 ESTRATIFICAÇÃO DA AMOSTRA

Relativo aos temas discutidos nos trabalhos, o Quadro 5 apresenta um resumo:

<b>Temas</b>	<b>Quantidade</b>
Transparência Orçamentária e Controle Interno	6
Gestão fiscal	6
Normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público	1
Orçamento Público	2
Custos e Contabilidade Gerencial no setor público	3
Finanças Públicas	3
Outros	2

**Quadro 5: Assuntos discutidos nas Teses e Dissertações**

Fonte: Dados da pesquisa.

Para a identificação dos temas abordados fez-se a leitura dos títulos, resumos, perguntas de pesquisa e resultados encontrados na amostra.

Percebe-se que entre as pesquisas da amostra, identificaram-se os seguintes assuntos: Transparência e Controle Interno, Gestão Fiscal, Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, Orçamento Público, Custos e Contabilidade Gerencial no setor público, Finanças Públicas e Outros.

Os assuntos mais abordados são Transparência Orçamentária e Controle Interno, e Gestão Fiscal, pois, das 23 pesquisas foram identificadas 6 em cada um dos assuntos, onde nota-se que há um vasto interesse dos pesquisadores por esses assuntos. No que diz respeito à Transparência Orçamentária e Controle Interno, o objetivo é o de demonstrar se os atos e informações da Administração Pública estão sendo praticados de forma transparente para a população e se o controle dos bens públicos está sendo realizado da mesma forma, pois o Patrimônio Público é de interesse de todos.

Referente ao tema Gestão Fiscal, a Lei de Responsabilidade Fiscal foi uma das importantes alterações da Legislação da Contabilidade Pública no Brasil onde regulamentou o controle dos gastos público por parte dos seus gestores e difundiu a transparência pública.

Assim como os temas abordados anteriormente, a publicação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público foi um marco de suma importância para a Contabilidade Pública no Brasil assim como a LRF, porém, contando com apenas 1 pesquisa encontrada na amostra, o que é considerado pouco pela relevância do tema.

O tema Orçamento Público constitui a base da Contabilidade Pública considerado também um assunto importante. No total da amostra apenas 2 pesquisas acerca do assunto foi encontrada, apontando um menor interesse dos pesquisadores.

Em seguida o tema Custos e Contabilidade Gerencial no setor público trata de um assunto completamente novo na área pública e foi abordado em 3 dissertações de um total de 23 da amostra. Logo após, Finanças Públicas também com 3 dissertações no total da amostra aborda em seu conteúdo o tratamento do capital público, sua utilização e os resultados obtidos por parte de seus gestores.

Por último no tema classificado como Outros, apresentou 2 dissertações das quais abordavam assuntos diversos sobre Contabilidade Pública que não estavam inclusos nos temas relatados.

#### 4.2.1 Transparência Orçamentária e Controle Interno

A Transparência Pública é o tema que buscou identificar segundo os objetivos deste trabalho. Os autores como Cole (2015) e Nunes (2013) tratam em suas dissertações a respeito do tema de forma semelhante, porém, o primeiro teve em seu problema de pesquisa como panorama o país africano Moçambique e buscou identificar o nível de transparência dos ministérios e a segunda autora avaliar a transparência pública, no Poder Executivo dos Municípios da Região Sul, por meio dos portais eletrônicos. Bernardo (2014), Dias (2010), Bonifácio (2010) e Roncalio (2009) tratam do tema Controle interno como a aplicação em órgãos específicos como DNIT, municípios paulistas do Vale do Ribeira, municípios que compõem a AMUREL e de municípios catarinenses com mais de 50.000 habitantes (Quadro 6).

AUTOR	Pergunta de Pesquisa	Resposta
<p><b>COLE (2015)</b></p>	<p>Qual o nível de transparência dos portais dos ministérios de Moçambique sob a perspectiva legislação? (p. 29)</p>	<p>A partir da análise feita aos portais pesquisados, conseguiu se estabelecer um ranking geral do desempenho dos ministérios em relação à transparência, tendo apresentado uma média de -22 pontos, que se situa entre os níveis ruim e neutro. No conjunto dos 18 ministérios analisados, o ministério da economia e finanças foi o que alcançou uma pontuação global de 56 pontos no conjunto das três áreas de preocupação avaliadas. Nenhum dos ministérios analisados atingiu o nível de excelência, muito menos de bom. Em relação aos ministérios que tiveram um desempenho comprometedor, destacaram-se os ministérios: obras públicas e habitação (-94); terra, ambiente e desenvolvimento rural (-66); defesa nacional (-52); indústria e comércio (-46), e; juventude e desportos (-40) pontos respectivamente. No geral, constatou-se que os ministérios moçambicanos apresentam um nível baixo de transparência em seus portais eletrônicos, o que demonstra que não cumprem com as exigências legais sobre a transparência pública. (p. 13)</p>
<p><b>NUNES (2013)</b></p>	<p>Como avaliar a transparência pública, no Poder Executivo dos Municípios da Região Sul, por meio dos portais eletrônicos, cumprindo as exigências da legislação? (p. 29)</p>	<p>Considerando as análises realizadas nos municípios foi possível estabelecer um <i>Ranking</i> Geral da Região Sul quanto ao nível de transparência, o qual apresentou como média geral 24 pontos, portanto entre o nível neutro e bom. No âmbito dos</p>

		93 municípios avaliados da Região Sul, o Município que apresentou o maior nível de transparência foi Porto Alegre, capital do Estado Rio Grande do Sul. Por outro lado, o município com menor nível de transparência foi Alvorada, do mesmo Estado. Nenhum dos municípios avaliados apresentou nível de excelência, sequer atingiu o nível bom. Ademais, cinco municípios ficaram abaixo do nível neutro (Cruz Alta, São José dos Pinhais, Parobé, São Borja e Alvorada). Embora a média encontrada na Região Sul tenha ficado entre o nível neutro e bom diante das avaliações realizadas, pode-se constatar que algumas exigências legais ainda não são cumpridas pelos entes municipais. (p. 13-14)
<b>BERNARDO (2014)</b>	Quais mecanismos de controle interno contábil estão sendo adotados pelo DNIT para garantir a aplicação do enfoque patrimonial exigido pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público? (p. 17)	Conclui-se que a conformidade contábil é o único mecanismo de controle contábil sob o enfoque patrimonial do DNIT. O estudo deste mecanismo demonstrou que há não conformidades na execução do controle interno contábil do órgão. A falta de capacitação e orientação dos conformistas contábeis, bem como a falta de integração entre o sistema patrimonial e o sistema SIAFI foram citados como os maiores entraves para aplicação do enfoque patrimonial das NBCASP no órgão, fato que põe em risco a qualidade e a fidedignidade das informações contábeis do mesmo. Por fim identificou-se a baixa aderência ao enfoque patrimonial exigido pelas NBCASP no DNIT. (p. 9)
<b>DIAS (2010)</b>	Qual é a estrutura do capital humano alocado nas atividades de planejamento e controle dos municípios paulistas do Vale do Ribeira? (p.16)	Os resultados revelaram diferenças estatísticas de médias para as variáveis remuneração e tamanho do município; remuneração e regiões administrativas; remuneração e escolaridade dos servidores, contudo a variável remuneração e gênero dos servidores não apresentou diferenças de médias. A ANCOR revelou que há relação entre os gestores com nível médio de escolaridade e os servidores com nível de escolaridade equivalente. (p. 9)
<b>BONIFÁCIO (2010)</b>	Quais as alterações ocorridas no Setor Contábil da Administração Pública Municipal a partir da implantação do Sistema de Controle Interno nos 13 (treze) municípios que compõem a AMUREL? (p.28-29)	Na conclusão da pesquisa percebeu-se que: segundo a maioria dos entrevistados, houve alterações em relação as restrições impostas pelo TCE/SC; o Sistema de Controle Interno realiza auditoria nos dados a ele fornecidos pelos setores da gestão; ocorre a verificação da adequação dos gastos públicos aos limites legalmente impostos a gestão pública pelo órgão central do SCI, bem como em relação a fiscalização das metas estabelecidas nas leis orçamentárias anuais; os entrevistados conhecem e entendem as disposições

		<p>contidas na LRF; existe relação entre o SCI e o setor contábil da administração Pública; o órgão central do SCI confirma a fidedignidade dos dados e informações contábeis; os contadores elaboram e encaminham ao órgão central do SCI os relatórios exigidos pela LRF; o departamento contábil auxilia na fiscalização realizada pelo órgão central do SCI em relação à efetiva execução nas metas firmadas nas leis orçamentárias. Segundo entendimento do pesquisador, as mudanças ocorridas no setor contábil após a implantação do referido sistema mais significativas relacionam-se com as atividades de controle, mais precisamente no que se refere a verificação da elaboração e execução das metas firmadas nas leis orçamentárias (PPA, LDO e LOA) e na confecção dos relatórios exigidos pelo LRF para a posterior publicação e análise pelo órgão central do SCI. (p.13)</p>
<p><b>RONCALIO (2009)</b></p>	<p>Como se organizam e atuam os órgãos centrais de controle interno de municípios catarinenses com mais de 50.000 habitantes, frente às funções estabelecidas pela Constituição Federal e outras legislações aplicáveis? (p.16)</p>	<p>No que se refere à organização dos órgãos centrais de controle interno pesquisados, além de outros aspectos, verificou-se que há municípios em que o órgão de controle vincula-se a uma secretaria municipal, com possibilidade de atuação limitada. Quanto à nomenclatura, verificou-se diversidade, mas grande parte dos órgãos visitados intitula-se controladoria, e possui abrangência e atuação limitadas e baixo número de colaboradores envolvidos, revelando-se pouca compreensão do assunto. Para verificação da atuação desses órgãos centrais de controle interno, buscaram-se informações sobre a interação com o Tribunal de Contas e com órgãos e setores estratégicos da estrutura administrativa do município, sobre as principais atividades desenvolvidas e seus enfoques, bem como a atuação em atividades específicas. As atividades declaradas pelos entrevistados foram analisadas enquadrando-as às fiscalizações e controles nas áreas contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e os enfoques aos princípios constitucionais da administração pública. Desta forma, verificou-se que muitos dos órgãos de controle interno não atuavam em todas as áreas de competência atribuídas pelo artigo 70 da Constituição Federal e as principais deficiências identificadas referem-se às áreas contábil e patrimonial. (p.7)</p>

**Quadro 6: Síntese dos achados sobre Transparência Orçamentária e Controle Interno**

Fonte: Dados da pesquisa.

#### 4.2.2 Gestão Fiscal

A Gestão Fiscal trata da execução orçamentária e financeira dos órgãos públicos e engloba a Lei de Responsabilidade Fiscal que fundamentou a transparência pública das informações. Santos (2012), Soares (2012), Nascimento (2011), Corbari (2008), Souza (2008) e Gerigk (2008) fizeram a abordagem em suas dissertações baseadas na LRF no tratamento de despesa com pessoal, influência do nível dos gastos com investimentos, informações divulgadas nas demonstrações contábeis, grau de endividamento de municípios, espaço de manobra da gestão financeira dos municípios pequenos e extremamente pequenos e a respeito dos relatórios de gestão fiscal, oriundos da LRF como instrumentos da Contabilidade Gerencial voltados à gestão pública.

AUTOR	Pergunta de Pesquisa	Resposta
SANTOS (2012)	Quais os impactos dos serviços de terceiros – pessoa física no limite das despesas com pessoal? (p.24)	Dos resultados obtidos constatou-se que as despesas com os serviços de terceiros – pessoa física - repercutem no montante de gastos com pessoal na Administração Pública Municipal, não sendo evidenciado, no entanto, pelos municípios como despesas típicas de pessoal. Observou-se que usar a RCL como parâmetro para a despesa de pessoal não constitui fator limitante ao aumento do gasto desta natureza. Permitindo, inclusive o efeito estufa aos municípios que apresentam margem para o aumento do gasto. Na análise de tendência de classificação no elemento 36, pode-se observar que os principais gastos, considerando a natureza da despesa que se refere à pessoal, foram: a) folha de pagamento; b) profissionais da saúde; c) professores e coordenadores pedagógicos; d) contratação de contador e advogado; e e) remuneração ao Conselho Tutelar. Ressalta-se ainda, que em relação à terceirização no serviço público faz-se necessário a revisão da aplicação da Súmula TST 331, uma vez que o critério não encontra guarida na legislação. Não se vislumbrou, também, que as despesas classificadas no elemento 36 refletissem de forma a evidenciar o descumprimento da LRF, no que se refere à apuração do limite, pois a maioria dos municípios analisados permaneceram dentro do limite máximo, nos exercícios financeiros verificados. (p. 10)
SOARES (2012)	Em que extensão a Lei de Responsabilidade Fiscal consegue influenciar o nível dos gastos com investimentos por parte dos municípios brasileiros	Os resultados das análises indicaram que a LRF exerce influência na capacidade desses municípios para a realização de gastos com investimentos, impactando-a de forma negativa, em vista da redução dos

	extremamente pequenos? (p.22)	coeficientes de investimentos ocorrida no período posterior à LRF (2005/2008). A análise dos dados revela ainda que em anos eleitorais, seja em nível municipal, seja em nível estadual e federal, ocorre expressiva elevação nos coeficientes de gastos com investimentos, o que permite inferir que períodos eleitorais também influenciam os gastos da espécie, fato que levou à exclusão dos exercícios coincidentes com os anos eleitorais, para assim permitir uma demonstração da influência da LRF livre dessa contingência não prevista pela investigação. (p. 8)
<b>NASCIMENTO (2011)</b>	De que forma as demonstrações contábeis dos municípios brasileiros podem revelar a efetividade dos ciclos políticos e, dessa forma, fornecer à sociedade importantes ferramentas de detecção de comportamentos “oportunistas” por parte dos governantes? (p.28)	As demonstrações contábeis dos municípios brasileiros contêm informações que exprimem o comportamento “oportunista” dos governantes, tanto pela questão de evidenciar a condução da política fiscal, como também pelo fato de que é através das demonstrações que os resultados são apresentados à sociedade. Ocorre que, muitas vezes, o cidadão não compreende as informações geradas pela Contabilidade, o que agrava a assimetria informacional e, por conseguinte, os conflitos de agência. Os resultados, portanto, podem ser utilizados para elevar a compreensão dos eleitores acerca das ações dos gestores públicos que possam conter intenções diversas do alcance do bem-estar da sociedade e, com isso, fazer com que haja uma postura "racional" e com visão de futuro por parte dos eleitores. (p. 112)
<b>CORBARI (2008)</b>	Em que medida o endividamento dos municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes é explicado pelos indicadores de gestão financeira e pelo <i>enforcement</i> da Lei de Responsabilidade Fiscal? (p. 19)	Conclui-se que as variáveis selecionadas relativa a gestão financeira e à LRF, mostram-se estatisticamente adequadas para explicar e prever o endividamento dos municípios com mais de 100 mil. Os modelos econométricos apresentam, em média, coeficiente de determinação ajustado (R2A) de 0,75, indicando que explicam 75% das variações do endividamento dos municípios analisados e sugerindo a existência de outras variáveis, de natureza não financeira, que não são consideradas neste estudo. (p. 8)
<b>GERIGK (2008)</b>	De que forma e em que extensão a LRF se refletiu em alteração no espaço de manobra da gestão financeira dos municípios pequenos e extremamente pequenos do Estado do Paraná? (p.23)	Conclui-se a pesquisa verificando que os municípios paranaenses com menos de 20 mil habitantes tiveram seu espaço de manobra da gestão financeira impactado negativamente pela vigência da LRF; que não se observa mudanças no comportamento do espaço de manobra dos municípios extremamente pequenos, porém, nos municípios pequenos a LRF reduziu o espaço de manobra existente. (p. 7)

<p><b>SOUZA (2008)</b></p>	<p>Os relatórios de gestão fiscal, oriundos da LRF, são entendidos como instrumentos da Contabilidade Gerencial voltados à gestão pública? (p.14)</p>	<p>As conclusões se apoiam em dados quantitativos colhidos através de pesquisa, sendo constatado que a administração pública possui condições de utilizar a contabilidade gerencial para dar subsídio a suas ações como ferramenta para a tomada de decisões. A partir desta análise ficou evidenciado o papel da contabilidade como importante instrumento de suporte ao planejamento e controle de gestão operacional na administração pública. (p.8)</p>
----------------------------	---	---

**Quadro 7: Síntese dos achados sobre Gestão Fiscal**

Fonte: Dados da pesquisa.

#### 4.2.3 Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

As Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, assim como a LRF trouxe um grande avanço ao setor público no tratamento de Receitas e Despesas e sofre constante mudança para melhor adequação. Varandas (2013) em sua dissertação levantou uma questão importante sobre a presença de conteúdo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (IPSAS) nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCASP).

AUTOR	Pergunta de Pesquisa	Resposta
<p><b>VARANDAS (2013)</b></p>	<p>Há presença do conteúdo das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (IPSAS) nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCASP)? (p.15)</p>	<p>Diante do exposto é possível suprir a questão desta pesquisa, de responder se as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCASP) reproduzem exatamente o conteúdo das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (IPSAS). Este estudo indica que as NBCASP apresentam apenas alguns conceitos e conteúdos das IPSAS, e assuntos como transações no setor público, registro contábil e controle interno não estão explicitamente dispostos nas normas internacionais. (p. 73)</p>

**Quadro 8: Síntese dos achados sobre Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público**

Fonte: Dados da pesquisa.

#### 4.2.4 Orçamento Público

O tema Orçamento Público é a base da Contabilidade Pública e compreende a respeito da previsão e a utilização de Receitas e Despesas públicas. Espírito Santo (2011) fez uma análise em sua dissertação da configuração dos recursos executados na subfunção ensino superior da Universidade Federal de Santa Catarina e Tesch (2008)

verificou a existência de relação entre a arrecadação dos tributos municipais com o crescimento da população nos municípios do Estado de Santa Catarina pesquisados.

AUTOR	Pergunta de Pesquisa	Resposta
<b>ESPÍRITO SANTO (2011)</b>	Como estão configuradas as despesas da Universidade Federal de Santa Catarina na subfunção Ensino Superior, no contexto do planejamento e da execução orçamentária, no período de 2005 a 2009? (p. 26)	A pesquisa revelou (i) tendência para o crescimento da participação das despesas primárias discricionárias na composição da despesa autorizada, a qual partiu de 16,3% em 2005 para 27,6% em 2009, por outro lado houve redução dos índices de execução, passando de 83,1% em 2005 para 53,4% em 2008 e 2009; (ii) preferência pela alocação dos recursos nos cursos de graduação a cursos de pós-graduação; (iii) incompatibilidade entre informações apresentadas nos Relatórios de Gestão e os registros contábeis; (iv) tendência de crescimento da participação do grupo 4 Investimentos na composição do orçamento autorizado, entretanto com execução média em torno de 27,6%; (v) projetos e atividades que surgem e desaparecem de um ano para o outro, o que prejudica a comparabilidade e alimenta a condição de assimetria informacional. Concluiu-se, quanto às despesas primárias discricionárias, que há tendência para o inchaço do orçamento autorizado e possibilidades mínimas de execução significativa no exercício de competência. (p. 9)
<b>TESCH (2008)</b>	Qual a relação entre a arrecadação dos tributos e o crescimento populacional dos municípios do Estado de Santa Catarina? (p.16)	Como resultado verificou-se que há relação entre a arrecadação dos tributos municipais com o crescimento da população nos municípios pesquisados. Houve um decréscimo na participação dos tributos arrecadados diretamente (IPTU e ISS), pelos municípios pesquisados em relação ao total da receita do município; percebe-se, que às OUTRAS RECEITAS, QPM e o FPM tiveram crescimento no período analisado. ( p. 5)

**Quadro 9: Síntese dos achados sobre Orçamento Público**

Fonte: Dados da pesquisa.

#### 4.2.5 Custos e Contabilidade Gerencial no Setor Público

A temática de Custos e Contabilidade Gerencial ainda é algo novo no Setor Público e os estudos na área ajudam a compreender aplicação desta como ferramenta do controle interno e tomada de decisão por parte da Gestão Pública. Lara (2015) em sua dissertação buscou descobrir o nível de influencia dos fatores preditores da intenção de uso do Sistema de Informação de Custos (SIC) pelos gestores de um Instituto Federal

(IF) de Ensino Superior e sua pesquisa mostrou que os fatores de atitude, de norma subjetiva e de controle comportamental percebido influenciam na intenção comportamental dos gestores públicos e proporcionam evidências relevantes de que o construto atitude é considerado a variável preditora mais significativa seguida pelo controle comportamental percebido. Amaral (2014) estudou a utilização do Valor Justo para mensuração da receita econômica no setor público de forma a respeitar o pressuposto da equivalência de qualidade, presente na teoria do Resultado Econômico proposto por Slomski. Xavier (2007) elaborou um Estudo de Caso na Prefeitura Municipal de Maringá-PR a fim de estudar a Contabilidade Gerencial como instrumento de apoio à gestão.

AUTOR	Pergunta de Pesquisa	Resposta
LARA (2015)	Qual o nível de influência dos fatores preditores da intenção de uso do Sistema de Informação de Custos (SIC) pelos gestores de um Instituto Federal (IF) de Ensino Superior? (p.16)	Os resultados da pesquisa mostram que os fatores de atitude, de norma subjetiva e de controle comportamental percebido influenciam na intenção comportamental dos gestores públicos e proporcionam evidências relevantes de que o construto atitude é considerado a variável preditora mais significativa seguida pelo controle comportamental percebido, enquanto que a norma subjetiva apresenta pouca relevância quando comparada com as outras, mostrando que as influências de outras pessoas não são levadas em consideração com mesmo grau de importância pelos gestores. Com base nesses resultados conclui-se que as percepções dos gestores públicos em relação à intenção de uso validam o modelo teórico da pesquisa e promovem a integração dos construtos da Teoria do Comportamento Planejado para prever a intenção comportamental dos próprios gestores públicos. (p.8)
AMARAL (2014)	Como medir as Receitas Econômicas no setor público de forma a respeitar o pressuposto da equivalência de qualidade, presente na teoria do Resultado Econômico proposto por Slomski? (p.29)	Além da fundamentação teórica, na qual são apresentados argumentos que explicam porque o mercado deve nortear a mensuração da Receita Econômica, duas metodologias são apresentadas para mensurar a Receita Econômica do curso de Ciências Contábeis da UFSC, para o ano de 2013. A primeira metodologia teve como propósito a simplicidade, mas considerando um indicador mínimo de qualidade, o conceito ENADE, necessário para identificar os serviços de universidades particulares com qualidade similar ao da UFSC, para o referido curso. A segunda metodologia contou com um modelo de regressão linear múltipla, que foi desenvolvido a partir dos dados

		divulgados pelo INEP, juntamente com o conceito ENADE. Os resultados obtidos a partir da primeira metodologia foram inconclusivos, devido ao fato de não haver instituição particular com o mesmo conceito ENADE que a UFSC no Estado de Santa Catarina. Já os resultados obtidos a partir do modelo de regressão linear múltipla indicam que as receitas são influenciadas pela localidade, pela distância das universidades das regiões metropolitanas, pelo número de alunos atendidos, pela taxa de sucesso, pela titulação do corpo docente e pelo regime de dedicação exclusiva. (p. 13-14)
<b>XAVIER (2007)</b>	As práticas gerenciais são de conhecimento dos gestores? Há conhecimento por parte dos gestores sobre a existência e necessidade de órgão para controlar as metas planejadas? Os métodos de contabilidade gerencial são utilizados pelos gestores? Há destinação de recursos financeiros para treinamento do corpo gerencial sobre os Instrumentos de Contabilidade Gerencial? (p. 61)	Os resultados apontaram que as secretarias 9 e 14 são as que têm, entre seus membros, a maioria dos que possuem formação nos cursos das Ciências Sociais Aplicadas (Contabilidade, Administração e Economia), o que contribuiu para que suas respostas fossem consideradas as mais confiantes quanto ao conhecimento sobre os Instrumentos de Contabilidade Gerencial e tendessem aos aspectos esperados pelo pesquisador, enquanto os demais, mesmo procurando expor seu pensamento com responsabilidade, não tiveram a mesma familiaridade com as terminologias. Um dos aspectos relevantes da pesquisa foi tornar disponível uma radiografia do corpo gerencial da Prefeitura de Maringá-PR, fato que possibilitará, aos seus gestores, utilizar os dados como informações gerenciais para aperfeiçoamento da capacitação pessoal, e, aos professores e pesquisadores da área pública, ampliar o campo de pesquisa. (p.5)

**Quadro 10: Síntese dos achados sobre Custos e Contabilidade no Setor Público**

Fonte: Dados da pesquisa.

#### 4.2.6 Finanças Públicas

No que diz respeito ao tema Finanças Públicas, Freitas (2016) em sua dissertação buscou evidenciar quais variáveis afetam a eficiência dos gastos públicos no ensino médio, em uma perspectiva *cross-country*. Will (2014) fez um estudo comparativo de recursos utilizados e resultados alcançados a fim de identificar o grau de eficiência alcançado pelos estados brasileiros nos gastos com Educação. Cardozo (2012) em seu estudo expõe que a evidenciação de políticas de governança para o ensino superior nas Universidades Federais do sul do Brasil atingiram um grau médio.

AUTOR	Pergunta de Pesquisa	Resposta
<b>FREITAS (2016)</b>	Quais variáveis afetam a eficiência dos gastos públicos destinados ao ensino médio em uma perspectiva <i>cross-country</i> ? (p.32)	Os resultados mostram que o Brasil foi o país mais ineficiente na aplicação de seus recursos no período de 2010-2012 e alcançou somente 84,3% de seus potenciais <i>outputs</i> . Além disso, cinco economias emergentes ficaram entre as mais ineficientes nesse período, e quatro delas pertencem à América Latina. Entretanto, o Brasil foi o país que mais aumentou sua produtividade entre os períodos, sendo que parte dessa melhoria foi influenciada pelas inovações tecnológicas ocorridas. Por fim, as variáveis significativas na explicação da eficiência foram o logaritmo natural do PIB per capita, a autonomia curricular das escolas, a autonomia financeira, o nível de corrupção e o <i>background</i> socioeconômico dos estudantes. Todavia, as variáveis PIB per capita e a autonomia financeira apresentaram sinais opostos ao esperado (quanto maior o valor dessas variáveis, menor o índice de eficiência). Assim, os achados identificaram como algumas características que estão além do controle dos gestores públicos influenciam na eficiência dos sistemas de ensino. Por outro lado, esses administradores possuem poder de decisão sobre a autonomia das escolas em organizar seu próprio currículo, e por isso o foco da gestão pública do ensino deveria ser em aumentar essa autonomia, de maneira que os currículos levem em consideração as necessidades regionais de cada comunidade. (p.13)
<b>WILL (2014)</b>	Qual é o grau de eficiência alcançado pelos estados brasileiros ao comparar os recursos por eles alocados à educação e os indicadores de resultados alcançados para essa área de atuação pública entre os anos de 2001 e 2011? (p.24)	Por meio da comparação realizada, verificou-se que alguns estados obtiveram boas performances de eficiência, como Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que conciliaram gastos razoáveis (nem altos e nem baixos) com ótimas avaliações de ensino, e Maranhão e Pará, com avaliações de ensino pouco satisfatórias, mas com baixos orçamentos para essa área de despesa pública. Outros estados, porém, se destacaram por baixos índices de eficiência na gestão de recursos voltados à educação, como é o caso do Amapá, Amazonas, Rio de Janeiro e Sergipe. (p.15)
<b>CARDOZO (2012)</b>	As Universidades Federais do sul do Brasil evidenciam políticas de governança para o ensino superior? (p.13)	Considerando a média geral de 2,98 concluiu-se que as IFES estudadas apresentaram um grau médio de evidenciação das recomendações de governança estabelecidas pelo CUC (2009) e pelo EURYDICE (2008). Os resultados mostram que não há clareza nas informações que se referem à origem e aplicação dos recursos das IFES, tanto na

		acessibilidade quanto na compreensão da informação. O que se tem são informações dispersas e de entendimento antidemocrático. Os relatórios contábeis são pouco abordados e há carência de políticas e de ações de governança relacionadas à qualidade do ensino, considerando-se, para esta conclusão, tanto as recomendações encontradas quanto o resultado das evidências nas IFES. (p.14)
--	--	---

**Quadro 11: Síntese dos achados sobre Finanças Públicas**

Fonte: Dados da pesquisa.

#### 4.2.7 Outros.

As dissertações enquadradas neste tema abordam assuntos diversos sobre a contabilidade na área da Administração Pública que não estão inclusos nos demais temas relatados. Luiz (2014) partindo de uma visão socioambiental propõe a implementação do Plano de Gestão de Logística Sustentável e de um modelo para a avaliação do desempenho em Instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Carneiro Júnior (2012) em sua dissertação faz uma análise dos procedimentos licitatórios adotados pelo Poder Judiciário paranaense na etapa de qualificação econômica financeira em processos licitatórios para contratação de serviços de engenharia e obras civis.

AUTOR	Pergunta de Pesquisa	Resposta
<b>LUIZ (2014)</b>	Como avaliar o desempenho socioambiental, numa perspectiva do PLS, em Instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica? (p. 27)	Para que a implementação do PLS seja bem sucedida no órgão, é imprescindível que tenha o apoio da gestão institucional, e que a comissão gestora seja formada por profissionais comprometidos com a causa, ambientalmente conscientes, e com tempo para coordenar, coletar dados e avaliar os resultados alcançados. Este estudo limita-se em propor um modelo para avaliação do desempenho socioambiental em instituições da rede federal de educação profissional e tecnológica. Entretanto, cabe as instituições legitimar o modelo, realizar adaptações se for necessário, e implementá-lo. (p. 168)
<b>CARNEIRO JÚNIOR (2012)</b>	Quais variáveis devem ser consideradas no modelo de análise econômico-financeira, na etapa QEF, em processos licitatórios para contratação de serviços de engenharia e obras civis, constituídos sob a forma de Concorrência Pública, que	Constatou-se que, embora o novo modelo de edital tenha exigido mais tempo de análise, os novos elementos inabilitaram empresas que não atendiam aos requisitos considerados indispensáveis à segurança mínima do Órgão nas licitações alcançando o objetivo de elevar a eficiência do processo nesta etapa. Desse

	contemple parâmetros de avaliação da Liquidez, Endividamento, Patrimônio Líquido Atual, Patrimônio Líquido Vinculado e Disponibilidade Líquida Patrimonial? (p. 19)	modo, a Nova- QEF constituiu-se como efetivo instrumento para mitigar a Seleção Adversa em processos licitatórios para contratações de serviços e engenharia e obras civis. (p. 7)
--	---	--

**Quadro 12: Síntese dos achados sobre outros assuntos**

Fonte: Dados da pesquisa.

### 4.3 METODOLOGIAS UTILIZADAS

Este tópico analisa a amostra na perspectiva das metodologias científicas empregadas pelos autores para a realização da pesquisa, conforme os objetivos, procedimentos e abordagem do problema. Cabe destacar que os pesquisadores em seus trabalhos científicos, principalmente na área de Contabilidade podem utilizar de vários procedimentos metodológicos, inclusive, a utilização de dois ou mais procedimentos a fim de se obter respostas para os problemas de pesquisa (RAUPP; BEUREN, 2003).

Ainda, “não há um tipo de delineamento particular para o estudo de questões relacionadas à Contabilidade. No entanto, encontram-se tipos de pesquisa que mais se ajustam à investigação de problemas desta área do conhecimento” (RAUPP; BEUREN, 2003, p. 76).

Gil (2002, p. 44) complementa que “esta classificação não pode ser tomada como absolutamente rígida, visto que algumas pesquisas, em função de suas características, não se enquadram facilmente num ou noutro modelo”. Ressalta-se também que pode haver diferenças quanto à terminologia utilizada para descrever a metodologia de pesquisa, pois, esta depende de qual autor o pesquisador referenciou em seu trabalho.

O Quadro 13 compõe a classificação das dissertações quanto aos objetivos encontrados na amostra:

<b>Classificação</b>	<b>Quantidade</b>
Pesquisa descritiva	10
Pesquisa exploratória	1
Pesquisa exploratória/avaliativa	1
Pesquisa exploratória/descritiva	4
Pesquisa exploratória/ descritiva /causal	1
Pesquisa explicativa	1
Pesquisa explicativa/descritiva	3
Não está explícita na dissertação	2
<b>Total</b>	<b>23</b>

**Quadro 13: Classificação das pesquisas quanto aos objetivos**

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota-se que a pesquisa descritiva dentro da área pública é a mais utilizada. No total das 23 dissertações, 10 autores utilizaram este tipo de abordagem metodológica em relação aos objetivos. Raupp e Beuren (2003, p. 81) destacam que “vários estudos utilizam a pesquisa descritiva para a análise e descrição de problemas de pesquisa na área contábil”.

Na sequência, após a pesquisa descritiva, aparece a pesquisa exploratória/descritiva. Foram encontradas 4 dissertações que utilizaram tal caracterização. A pesquisa exploratória é utilizada quando se quer adentrar em assuntos poucos explorados e a pesquisa descritiva descrever fatos. Portanto, Raupp e Beuren (2003, p. 81) complementam que “os resultados obtidos com base em uma pesquisa exploratória podem contribuir no sentido de identificar relações existentes entre as variáveis estudadas de determinada população”.

Em seguida, aparece a Pesquisa explicativa/descritiva com 3 dissertações encontradas. A pesquisa explicativa, ao contrário da descritiva, tem como característica explicar a origem das coisas. Gil (2002, p. 43) expõe que “uma pesquisa explicativa pode ser a continuação de outra descritiva, posto que a identificação dos fatores que determinam um fenômeno exige que este esteja suficientemente descrito e detalhado”.

Percebe-se que as pesquisas: exploratória, exploratória/avaliativa, exploratória/descritiva/causal e explicativa foram encontradas 1 dissertação a respeito e isso se deve ao fato mencionado no primeiro parágrafo deste tópico que pode ser resultante do tipo de problema de pesquisa e a escolha do autor para referenciar a pesquisa. Por último, 2 dissertações em seus capítulos em que trata sobre metodologia, no que diz respeito aos objetivos, não estão explícitos o tipo de pesquisa quanto a esta abordagem.

O Quadro 14 apresenta a classificação das dissertações quanto aos procedimentos encontrados na amostra:

<b>Classificação</b>	<b>Quantidade</b>
Pesquisa Bibliográfica	3
Pesquisa Bibliográfica/documental	4
Pesquisa Bibliográfica/documental/infometria	1
Pesquisa Bibliográfica/documental/levantamento	2
Pesquisa Bibliográfica/ estudo de caso	2
Pesquisa Bibliográfica/ estudo de caso/pesquisa participante	1
Pesquisa Documental	2
Pesquisa Documental/levantamento	1

Pesquisa Documental/Pesquisa ação	1
Pesquisa Experimental	1
Levantamento ou <i>survey</i>	1
Levantamento/documental	1
Levantamento/Pesquisa ex-post-facto	1
Estudo de caso	1
Pesquisa ex-post-facto	1
<b>Total</b>	<b>23</b>

**Quadro 14: Classificação das pesquisas quanto aos procedimentos**

Fonte: Dados da pesquisa.

Dos procedimentos técnicos adotados percebe-se que a pesquisa bibliográfica/documental foi a mais utilizada com um total de 4 dissertações das 23 levantadas. Na visão de Raupp e Beuren (2003, p. 87) “o material consultado na pesquisa bibliográfica abrange todo referencial já tornado público em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, dissertações, teses, entre outros”. A pesquisa documental segundo Gil (2002, p. 45):

assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

Nota-se também que das 15 classificações listadas dos procedimentos a Pesquisa Bibliográfica aparece em 6 delas e a Pesquisa Documental aparece também em mesma quantidade de classificação. Nos estudos na área de Contabilidade estes dois tipos de pesquisa são muito utilizados e estão sempre presentes, seja como parte integrante de outro tipo de pesquisa ou exclusivamente enquanto delineamento (RAUPP; BEUREN, 2003).

Na sequência, o procedimento de Levantamento ou *Survey* aparece em 5 classificações. Segundo Raupp e Beuren (2003, p. 86) “as pesquisas de levantamento normalmente são mais bem utilizadas em estudos descritivos, cujos resultados não há grande exigência em aprofundar” e complementam também que na área de Contabilidade este procedimento é muito utilizado para tratar dados de população numerosa devido à dificuldade de estudar detalhadamente.

O Estudo de Caso está listado em 3 classificações e com 1 dissertação encontrada em cada. O estudo de caso na Contabilidade de acordo com Raupp e Beuren

(2003, p. 84) “concentra maior número de pesquisas em organizações, visando à configuração, à análise e/ou à aplicação de instrumentos ou teorias contábeis”.

Por último, aparecem, com apenas 1 dissertação encontrada de cada abordagem, a pesquisa experimental e a pesquisa *ex-post-facto*, das quais são consideradas semelhantes. A pesquisa experimental segundo Gil (2002, p. 47) “consiste em determinar um objeto de estudo, selecionar as variáveis que seriam capazes de influenciá-lo, definir as formas de controle e de observação dos efeitos que a variável produz no objeto”. Sendo que, o propósito básico pesquisa *ex-post-facto* é o mesmo da pesquisa experimental: verificar a existência de relações entre variáveis.

No Quadro 15 é apresentada a classificação das dissertações quanto a abordagem do problema:

<b>Classificação</b>	<b>Quantidade</b>
Qualitativa	4
Quantitativa	8
Quali/quantitativa	11
<b>Total</b>	<b>23</b>

**Quadro 15: Classificação das pesquisas quanto a abordagem do problema**

Fonte: Dados da pesquisa.

Do total da amostra coletada, a grande maioria das dissertações utilizou da abordagem quali-quantitativa, com um total de 11 dissertações das 23 levantadas. Esta abordagem constitui a junção do método qualitativo com o quantitativo de acordo com o procedimento técnico adotado.

Em seguida, a abordagem quantitativa teve uma quantidade significativa na amostra. Raupp e Beuren (2003, p. 92) descrevem que:

a abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados. Esse procedimento não é tão profundo na busca do conhecimento da realidade dos fenômenos uma vez que se preocupa com o comportamento geral dos acontecimentos.

A pesquisa qualitativa está classificada em menor quantidade e tem como função compreender e interpretar determinados comportamentos, a opinião e as expectativas dos indivíduos de uma população. Suas características são divergentes a anterior por não utilizar de estatística.

## 5. CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo fazer um levantamento bibliométrico sobre o tema que envolve a área pública nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Contabilidade nas instituições públicas federais da região Sul do Brasil. Para tal, primeiramente foram identificadas as instituições de ensino federal que possuem programas de pós-graduação *stricto sensu* na área de Contabilidade na região Sul do Brasil. Em seguida foram identificadas as dissertações e teses relativas à temática da área pública, que, por fim, foram analisadas sob aspectos que pudessem corroborar com a pergunta de pesquisa.

Os programas de pós-graduação *stricto sensu* em Contabilidade no Brasil contam com 30 cursos de mestrado e 14 de doutorado. Na região Sul, são 7 cursos de mestrado e 3 doutorados, dos quais fez-se uma seleção intencional desta região e buscando dissertações e teses somente das Universidades Federais. Através da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) da UFPR e UFSC identificou-se um total de 267 dissertações e após o refinamento por palavras chaves chegou-se a amostra de 23 dissertações que tratavam sobre a área pública e assim identificar os temas abordados e as metodologias empregadas.

Sendo assim, pode-se afirmar que de acordo com as pesquisas analisadas, a área pública tem sido discutida nos aspectos de Transparência e Controle Interno (6 dissertações), Gestão Fiscal (6 dissertações), Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (1 dissertação), Orçamento Público (2 dissertações), Custos e Contabilidade Gerencial no setor público (3 dissertações), Finanças Públicas (3 dissertações) e Outros (2 dissertações). Os temas Transparência e Controle Interno e Gestão Fiscal são os mais abordados na área pública dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da região Sul do Brasil.

Ainda, aspectos sobre as metodologias aplicadas quanto aos objetivos, prevalece a pesquisa descritiva. No que diz respeito aos procedimentos, foram identificadas 15 pesquisas, sendo que, a bibliográfica e a documental são as que mais se destacam. Por último, quanto a abordagem do problema, tem-se que 47,8% das pesquisas são de classificação quali-quantitativa.

A pesquisa teve como limitação o programa de pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que teve sua autorização recente e, portanto, não possui

dissertações e teses para compor a amostra, sendo assim, o resultado para a região Sul composto por dois estados.

A partir desta pesquisa, percebe-se que os estudos sobre os temas relacionados à área pública apresentam uma quantidade reduzida em relação as outras áreas dentro da Contabilidade, do total de 267 dissertações, 8,61% destas abordavam sobre a área na região Sul. As legislações que norteiam a Contabilidade Pública no Brasil sofrem constantes alterações e ainda não geram uma grande quantidade de estudos nessa área. Recomenda-se para estudos futuros a repetição deste levantamento a fim de analisar se houve evolução na produção científica na área pública incluindo a palavra-chave “Contabilidade Aplicada ao Setor Público”.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVIM, Cecília Walger Pavan. **Análise do Programa Multiinstitucional e Interregional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UNB/UEPB/UFPA e sua contribuição para pesquisa em Contabilidade no Brasil.** 2017. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais – CCA. Brasília. 2017.

AMARAL, Neuton Alcedir de Lima. **A utilização do Valor Justo para mensuração da Receita Econômica: o que o mercado tem a dizer sobre o valor do curso de Ciências Contábeis da UFSC?** 2014. 156 p. Dissertação (mestrado em contabilidade) – Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2014.

ARAÚJO, Carlos Alberto. **Bibliometria: evolução histórica e questões atuais.** Em *Questão*, v. 12, n. 1, p. 11-32. Porto Alegre. 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/revistaemquestã/article/view/3707>> Acesso em: 11 de março de 2017.

BERNARDO, Fabiano Domingos. **As mudanças no controle interno contábil de uma Autarquia Federal para adequação ao enfoque patrimonial da Contabilidade Pública.** 2014. 133 p. Dissertação (mestrado em contabilidade) – Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2014.

BONIFÁCIO, Roseli Costa. **A implantação dos Sistemas de Controle Interno nos municípios da região da AMUREL/SC e os reflexos nas atividades desempenhadas pelo contador.** 2010. 203 p. Dissertação (mestrado em contabilidade) – Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2010.

BRASIL. **Controladoria-Geral da União. Coleção Olho Vivo: Controle Social.** 2. ed. Brasília: CGU, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em:<<http://www.senado.gov.br/legislacao/const/>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2016.

BRASIL. **Lei n. 9.755 de 16 de dezembro de 1998.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9755.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9755.htm)>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2016.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101.** Lei de Responsabilidade Fiscal, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm)>. Acesso em: 12 de março de 2017.

BRASIL. **Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009.** Acrescenta dispositivos à Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e

dos Municípios. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp131.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm)>. Acesso em: 12 de março de 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Disponível

em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm)>. Acesso em 11 de fevereiro de 2017.

CAPES(a). **Mestrado Profissional.** Disponível em:

<<http://www.capes.gov.br/acessoainformacao/perguntas-frequentes/avaliacao-da-pos-graduacao/7419-mestrado-profissional>>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2017.

CAPES(b). **Portaria Normativa nº 17, de 28 de dezembro de 2009.** Disponível em:

<[http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/PortariaNormativa\\_17M P.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/PortariaNormativa_17M P.pdf)>. Acesso em 16 de fevereiro de 2017.

CAPES(c). **Qual a diferença entre o Mestrado Acadêmico e o Mestrado**

**Profissional.** Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/duvidas-frequentes/62-pos-graduacao/2376-qual-e-adiferenca-entre-o-mestrado-academico-e-o-mestrado-profissional>>. Acesso em: Acesso em 16 de fevereiro de 2017.

CAPES(d), **Sobre pós graduação stricto sensu.** Disponível em:

<<http://www.capes.gov.br/acessoainformacao/perguntas-frequentes/posgraduacao-stricto-sensu/7443-sobre-pos-graduacao-stricto-sensu>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2017.

CARDOZO, Maria Aparecida. **A evidenciação das políticas de governança nas**

**IFES:** um estudo nas Universidades Federais do sul do Brasil. 2012. 203 p. Dissertação (mestrado em contabilidade) – Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2012.

CARNEIRO JÚNIOR, Moacir. **Análise dos procedimentos licitatórios adotados pelo**

**Poder Judiciário Paranaense:** a etapa de qualificação econômica financeira. 2013. 94 p. Dissertação (mestrado em contabilidade) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2013.

COLE, Belchior Pedro. **Análise da Transparência dos Ministérios Moçambicanos à**

**luz da legislação.** 2015. 134 f. Dissertação (mestrado em contabilidade) – Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2015.

CORBARI, Ely Célia. **Grandes municípios brasileiros:** estrutura do endividamento e

impactos da Lei de Responsabilidade Fiscal. 2008. 173 p. Dissertação (mestrado em contabilidade) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2008.

DIAS, Hélio de Lara. **Estrutura do capital humano alocado nas atividades de**

**planejamento e controle dos municípios do Vale do Ribeira, Estado de São Paulo.** 2010. 91 p. Dissertação (mestrado em contabilidade) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2010.

ESPÍRITO SANTO, Sergio Pereira do. **Gestão Orçamentária: Uma análise da configuração dos recursos executados na subfunção Ensino Superior em uma Instituição Federal de Ensino.** 2011. 144 p. Dissertação (mestrado em contabilidade) – Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2011.

FREITAS, Marcelo Machado de. **A influência de variáveis independentes na eficiência do ensino médio: uma perspectiva Cross-country.** 2016. 192 p. Dissertação (mestrado em contabilidade) – Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2016.

GERIGK, Willson. **O impacto da Lei De Responsabilidade Fiscal sobre a gestão financeira dos pequenos municípios do Paraná.** 2008. 316 p. Dissertação (mestrado em contabilidade) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

HERMES, Felipe. **Os 10 maiores casos de corrupção da história do Brasil.** Disponível em: <<https://spotniks.com/os-10-maiores-casos-de-corrupcao-da-historia-do-brasil/>>. Acesso em: 19 de maio de 2017.

KOBASHI, Nair Yumiko; SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos. **Arqueologia do Trabalho Imaterial: uma aplicação bibliométrica à análise de dissertações e teses.** Encontros Bibli: **Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. esp., p. 106-115, 1º sem. 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico.** 4ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 1992.

LARA, Flávio Luiz. **Fatores Preditores da intenção de uso do Sistema de Informação de Custos – SIC pelos gestores de um Instituto Federal de Ensino Superior.** 2015. 100 p. Dissertação (mestrado em contabilidade) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2015.

LOPES, Sílvia et al. **A Bibliometria e a Avaliação da Produção Científica: indicadores e ferramentas.** In: **Actas do congresso Nacional de bibliotecários, arquivistas e documentalistas.** 2012.

LUIZ, Lilian Campagnin. **Plano de gestão de logística sustentável: proposta de um modelo para avaliação do desempenho socioambiental em Instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.** 2014. 198 p. Dissertação (mestrado em contabilidade) – Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2014.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS JÚNIOR, Wallace Paiva. **Transparência administrativa: publicidade, motivação e participação popular**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MEC, **Qual a diferença entre pós-graduação lato sensu e stricto sensu?**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=13072:qual-a-diferenca-entre-pos-graduacao-lato-sensu-e-stricto-sensu>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2017.

NASCIMENTO, Leonardo Silveira do. **A efetividade dos ciclos políticos nos municípios brasileiros: uma abordagem contábil**. 2011. 122 p. Dissertação (mestrado em contabilidade) – Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2011.

NUNES, Gissele Souza De Franceschi. **Avaliação da transparência pública à luz da legislação brasileira: um estudo nos municípios da região sul do Brasil**. 2013. 162 p. Dissertação (mestrado em contabilidade) – Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2013.

OLIVEIRA, Sílvio Luiz de. **Metodologia científica**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2011.

RAUPP, Fabiano Maury, BEUREN, Maria Ilse. Cap. III. In: BEUREN, Maria Ilse (org). **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. Teoria e Prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

RONCALIO, Michele Patricia. **Controle Interno na Administração Pública Municipal: um estudo sobre a organização e a atuação de órgãos centrais de controle interno de municípios catarinenses com mais de 50.000 habitantes, frente às funções estabelecidas na Constituição Federal**. 2009. 196 p. Dissertação (mestrado em contabilidade) – Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2009.

SANTOS, Vanessa dos. **Análise das Despesas de Pessoal nos Municípios de Santa Catarina à Luz da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF**. 2012. 256 p. Dissertação (mestrado em contabilidade) – Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2012.

SILVA, Lino Martins. **Contabilidade governamental: um enfoque administrativo**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SOARES, Flávio José. **Influência da Lei de Responsabilidade Fiscal em investimentos realizados por municípios brasileiros extremamente pequenos**. 2012. 191 p. Dissertação (mestrado em contabilidade) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2012.

SOUZA, Diocésar Costa de. **Evidências de informações gerenciais nos relatórios de gestão fiscal da área pública**. 2008. 168 p. Dissertação (mestrado em contabilidade) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2008.

TAVARES, João Coelho; SOUZA, Lucas Bráulio de; FOGAÇA, Natasha. **Levantamento Bibliométrico sobre Avaliação de Treinamento no Trabalho: cenário dos estudos publicados em periódicos da área de Administração entre 2009 e 2013. XXXVIII Encontro da ANPAD.** Rio de Janeiro, 13 a 17 de Setembro de 2014.

TESCH, José Marcos. **Estudo comparativo da arrecadação dos tributos municipais dos municípios catarinenses com maior índice populacional.** 2008. 158 p. Dissertação (mestrado em contabilidade) – Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2008.

TRISTÃO, Gilberto. **Transparência na administração pública. VII Congresso Internacional CLAD sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública.** Lisboa, Portugal, 2002.

VARANDAS, Raquel Nascimento. **A presença das IPSAS na construção das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público:** uma abordagem infométrica. 2013. 79 p. Dissertação (mestrado em contabilidade) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2013.

XAVIER, Manoel Quaresma. **A Contabilidade Gerencial como instrumento de apoio à gestão de uma entidade pública:** Um Estudo de Caso na Prefeitura Municipal de Maringá-PR. 2007. 140 p. Dissertação (mestrado em contabilidade) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2007.

WILL, Anderson Renan. **Eficiência dos estados brasileiros nos gastos com Educação:** um estudo comparativo de recursos utilizados e resultados alcançados. 2014. 117 p. Dissertação (mestrado em contabilidade) – Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2014.